

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE

Estudo Técnico Preliminar 154/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23421.004247.2025-14

2. Descrição da necessidade

A presente demanda visa à contratação de licenças de softwares técnicos especializados que atendam às necessidades de elaboração de desenhos técnicos, projetos de engenharia e arquitetura em 2D e 3D, bem como ao planejamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia no âmbito do IFRN.

Essa aquisição está alinhada à missão institucional prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019–2026), que consiste em “prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Norte”. Para o alcance dessa missão, foram estabelecidos objetivos estratégicos que envolvem:

- assegurar a disponibilidade e a utilização eficiente da infraestrutura física, com foco na oferta de cursos e na melhoria das condições de trabalho e bem-estar da comunidade acadêmica, garantindo ainda a acessibilidade;
- adotar critérios de sustentabilidade em contratações e aquisições, visando à redução do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos poluentes;
- promover a execução orçamentária com foco na eficiência, transparência e controle.

A Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (DINFRA/RE/IFRN) é responsável pelo planejamento, elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras e reformas, bem como pela gestão orçamentária referente aos serviços de engenharia e arquitetura. Para a adequada execução dessas atividades, é essencial dispor de ferramentas tecnológicas que possibilitem maior eficiência, precisão e integração das informações técnicas.

A aquisição das licenças de subscrição de software justifica-se, ainda, pela necessidade de modernizar os processos institucionais e atender às exigências legais estabelecidas pelo Decreto nº 10.306/2020, que dispõe sobre a utilização do *Building Information Modelling* (BIM) em obras e serviços de engenharia da administração pública federal, no âmbito da Estratégia BIM BR (Decreto nº 9.983/2019), bem como pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O atendimento a essa demanda permitirá:

- oferecer suporte técnico às atividades desenvolvidas pelos servidores da DINFRA (engenheiros e arquitetos);
- garantir a elaboração de projetos básicos e executivos de acordo com as orientações do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP, Orientação Técnica nº 01/2006) e do Manual de Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas (TCU, 4ª ed., 2014).

Assim, a adoção de softwares com tecnologia CAD e BIM constitui requisito essencial para assegurar o desenvolvimento das atividades técnicas na área de engenharia e arquitetura na DINFRA para as demais áreas do IFRN, contribuindo para maior eficiência, qualidade e conformidade legal na execução das ações institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Sistêmica de Infraestrutura - DINFRA	Carlos Guedes Alcoforado

4. Necessidades de Negócio

1. Atender às demandas registradas no Plano Anual de Contratações relacionadas à aquisição de softwares técnicos especializados para engenharia e arquitetura, contemplando funcionalidades em 2D e 3D, essenciais ao desenvolvimento de projetos e ao planejamento de obras e serviços do IFRN.
2. Promover a contratação de empresas visando atender ao objetivo estratégico OR-2 do PDI/IFRN, que trata de garantir a eficiência do gasto público, mediante a participação em compras centralizadas realizadas pelo Ministério da Economia, alinhando-se também às Estratégias de Governo Digital, conforme prevê o Decreto nº 10.332/2020, que estabelece diretrizes para atendimento integrado entre órgãos governamentais.
3. Fundamentar legalmente a utilização do modelo BIM, considerando o Decreto nº 9.983/2019, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* (BIM) e institui o Comitê Gestor da Estratégia BIM BR. De acordo com o parágrafo único do art. 1º desse Decreto, entende-se por BIM o conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, utilização e atualização colaborativa de modelos digitais de construções, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida da obra. Complementarmente, destaca-se o Decreto nº 10.306/2020, que estabelece a obrigatoriedade da utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia pelos órgãos e entidades da administração pública federal.
4. Alcançar a Meta 16 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do IFRN, que prevê a manutenção e aquisição de softwares necessários às atividades administrativas e finalísticas do Instituto, contribuindo para o Objetivo Estratégico GI-4 do PDI/IFRN, voltado à consolidação da gestão de TI.
5. Atender às necessidades operacionais da Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (DINFRA/RE/IFRN), garantindo suporte às atividades técnicas, de planejamento, elaboração e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura.
6. Contribuir para a modernização e padronização dos processos institucionais relacionados a obras públicas, alinhando-se às recomendações do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP, Orientação Técnica nº 01/2006) e do Manual de Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas (TCU, 2014).

5. Necessidades Tecnológicas

A solução contemplará a aquisição de licenças de softwares específicos para atender às demandas de *Computer Aided Design* (CAD) e *Building Information Modelling* (BIM), ferramentas indispensáveis para a elaboração, fiscalização, gestão e documentação de projetos nas áreas de arquitetura, engenharia e execução de obras. O objetivo é proporcionar maior produtividade, precisão e eficiência nos trabalhos desenvolvidos no âmbito institucional.

1. CAD – possibilita a criação e edição de desenhos técnicos, representações geométricas em 2D e modelos tridimensionais, atendendo às necessidades de detalhamento técnico e representação gráfica de projetos.

2. BIM – consiste em um conjunto de tecnologias e processos integrados que permitem a criação, utilização e atualização colaborativa de modelos digitais de construções, possibilitando a interação entre todos os participantes do empreendimento, em qualquer fase do ciclo de vida da obra.
3. A utilização integrada de CAD e BIM permitirá ao IFRN modernizar e padronizar a elaboração de projetos, promovendo maior confiabilidade na fiscalização de obras e alinhamento às diretrizes legais que determinam a adoção do BIM em contratações públicas.

Além disso, tais ferramentas tecnológicas contribuirão para a sustentabilidade institucional, por meio da redução de retrabalhos, da otimização de recursos e da melhoria nos processos de planejamento, execução e controle de obras e serviços de engenharia.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

O embasamento legal da solução está amparado nos seguintes instrumentos normativos:

- Decreto nº 9.983/2019, que institui a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* (BIM BR) e cria o Comitê Gestor da Estratégia BIM;
- Decreto nº 10.306/2020, que estabelece a obrigatoriedade da utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia pelos órgãos e entidades da administração pública federal;
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que em seu art. 19, inciso V, § 3º, determina que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, deverá ser preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados.

Dessa forma, a adoção de softwares CAD e BIM no IFRN atende não apenas às necessidades institucionais de modernização e eficiência, mas também ao cumprimento de exigências legais e normativas aplicáveis à Administração Pública:

- A solução a ser contratada deverá ser compatível com as especificações apresentadas no Catálogo de Soluções de TIC, observando as condições padronizadas da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD-ME), quando aplicável.
- A solução deverá respeitar o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), também publicado pela SGD-ME, quando aplicável, assegurando economicidade, transparência e aderência às políticas de contratação vigentes.
- Recomenda-se, ainda, que a solução contratada possua políticas claras de atualização e suporte técnico, garantindo a continuidade operacional, a segurança da informação e a aderência a boas práticas de governança de TIC.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

O levantamento realizado pela Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (DINFRA/RE/IFRN) identificou a necessidade de 25 licenças da coleção Autodesk AEC – Architecture, Engineering and Construction, considerando o total de profissionais da área de engenharia e arquitetura distribuídos entre os 22 campi e a Reitoria do IFRN.

Contudo, para esta contratação, será contemplado inicialmente o quantitativo de 10 (dez) licenças, sendo 08 licenças para a Reitoria, 01 licença para o Campus Parnamirim e 01 licença para o campus Pau dos Ferros, de modo a garantir o atendimento imediato às demandas centrais de planejamento, fiscalização e execução de obras e serviços de engenharia.

8. Levantamento de soluções

Considerando a necessidade de aquisição dos serviços listados no item 4.2 e o quantitativo definido no item 6, conforme demanda apresentada pela Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (DINFRA/RE/IFRN), e buscando atender à necessidade de negócio apresentada na alínea “b” do item 4.1, esta equipe identifica como melhor alternativa a contratação por meio de registro de preços para aquisição de licenças de subscrição dos softwares da Autodesk, medida que possibilita maior economicidade e eficiência na contratação.

Os estudos técnicos preliminares indicam que as soluções mais adequadas são aquelas já conhecidas e utilizadas pelo corpo técnico de engenheiros e arquitetos do IFRN, consistindo nos softwares da Autodesk, amplamente aplicados na área da construção civil.

A análise das demandas institucionais mostra que a aquisição por registro de preços está alinhada às necessidades de diversos órgãos governamentais, consolidando as melhores práticas de planejamento e padronização tecnológica. Os softwares da Autodesk apresentam como opções tanto a contratação individual do AutoCAD e REVIT quanto a contratação da coleção Autodesk AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection*, onde este último além de contemplar o AUTOCAD e REVIT, também é inclui os seguintes sistemas:

- AutoCAD (Win+Mac) – Criação e edição de desenhos técnicos 2D e 3D com recursos especializados (Architecture, MEP, Electrical, Mechanical, Plant 3D, Map 3D, Raster Design, além de versões Web e Mobile).
- Revit – Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM, com colaboração em tempo real e integração a diversos formatos (IFC, DWG™, DGN).
- Civil 3D – Projetos e documentação de engenharia civil e infraestrutura (superfícies, corredores, drenagem, esgoto, urbanismo).
- InfraWorks – Estudos conceituais e simulações em BIM para viabilidade, planejamento urbano e infraestrutura, com integração GIS.
- Navisworks Manage – Coordenação de projetos em BIM, detecção de interferências e acompanhamento de cronogramas de obra.
- ReCap Pro – Captura de realidade e digitalização 3D de terrenos, edificações e ativos físicos.
- FormIt Pro – Criação e concepção de projetos apoiados por múltiplas fontes de dados.
- Advance Steel – Modelagem e documentação de estruturas metálicas em BIM.
- Robot Structural Analysis Professional – Cálculo estrutural integrado a modelos BIM.
- Structural Bridge Design – Análise estrutural de pontes.
- Vehicle Tracking – Análise de movimentação e trajetória de veículos.
- Fabrication CADmep – Modelagem MEP com geração de estimativas e planos de fabricação.
- 3ds Max – Modelagem, animação e renderização 3D para visualização de projetos.
- Insight – Simulação e análise de desempenho de empreendimentos em BIM.
- Generative Design – Desenvolvimento de soluções de design paramétrico e automatizado.
- Autodesk Rendering – Renderização em nuvem de alta resolução para projetos.
- Cloud Storage – Armazenamento em nuvem integrado.
- Autodesk Docs – Gerenciamento documental em ambiente comum de dados (CDE).

Ressalta-se que a contratação poderá ser realizada de forma individualizada, por software, ou por meio da coleção completa Autodesk AEC, conforme as necessidades institucionais e a viabilidade econômica. Adicionalmente, existe a possibilidade de contratação em regime de subscrição de 12 ou 36 meses, garantindo maior flexibilidade orçamentária e previsibilidade de custos.

9. Análise comparativa de soluções

Diante da necessidade de aquisição de softwares para atender às demandas da área de engenharia e arquitetura do IFRN, foram identificadas diferentes alternativas de soluções tecnológicas, todas relacionadas ao portfólio da Autodesk. As opções contemplam desde licenças temporárias da coleção Autodesk AEC (*Architecture, Engineering and Construction Collection*), que reúne um conjunto amplo de ferramentas especializadas, até licenças individuais do AutoCAD e do Revit, softwares tradicionalmente utilizados para desenho assistido e modelagem BIM.

A tabela abaixo sintetiza as soluções levantadas:

ID	SOLUÇÃO	CARACTERÍSTICAS	PRAZO DA SUBSCRIÇÃO
1	Autodesk AEC Collection - Licença de Subscrição	Pacote completo que inclui Revit, AutoCAD, Civil 3D, InfraWorks, Navisworks, 3ds Max, entre outros softwares voltados a projetos BIM, infraestrutura, visualização e simulação.	12 meses
2	Autodesk AEC Collection - Licença de Subscrição	Mesma composição da solução anterior, porém com contrato de maior duração, proporcionando estabilidade e previsibilidade orçamentária.	36 meses
3	Autodesk AutoCAD e Revit - Licença de Subscrição	Licenciamento restrito a dois softwares principais (AutoCAD e Revit), atendendo parcialmente às necessidades de projetos BIM, mas sem acesso às demais ferramentas integradas.	12 meses
4	Autodesk AutoCAD e Revit - Licença de Subscrição	Idêntico à solução anterior, com maior prazo de subscrição.	36 meses

9.1 Análise Técnica

As soluções que envolvem a Autodesk AEC Collection (itens 1 e 2) apresentam maior abrangência técnica, pois reúnem, além do AutoCAD e do Revit, softwares complementares como Civil 3D, Navisworks, InfraWorks, 3ds Max, entre outros, que permitem a integração de todas as etapas do processo de projeto, modelagem, simulação e compatibilização de disciplinas. Essa característica as torna plenamente alinhadas às exigências da Estratégia BIM BR, conforme previsto no Decreto nº 9.983/2019, no Decreto nº 10.306/2020 e na Lei nº 14.133/2021, garantindo suporte integral às práticas de modelagem da informação da construção. Já as soluções que contemplam apenas o

AutoCAD e o Revit (itens 3 e 4) possuem limitações importantes, pois atendem somente de forma parcial às necessidades de modelagem BIM, restringindo-se às funcionalidades básicas de desenho e modelagem, sem permitir a integração plena com as demais ferramentas necessárias ao ciclo de vida da obra.

9.2. Análise Econômica

Do ponto de vista econômico, os contratos com vigência de 12 meses (itens 1 e 3) conferem maior flexibilidade à instituição, possibilitando ajustes periódicos de quantitativo conforme a evolução da demanda. Entretanto, os contratos de 36 meses (itens 2 e 4) proporcionam maior previsibilidade orçamentária, além de representarem, em geral, melhores condições de custo-benefício ao longo prazo, já que reduzem a necessidade de renovações frequentes e garantem estabilidade na disponibilização das ferramentas.

9.3. Avaliação Comparativa

Comparando-se as alternativas, verifica-se que a Autodesk AEC Collection, tanto na modalidade de 12 meses quanto na de 36 meses, apresenta superioridade técnica frente às licenças isoladas de AutoCAD e Revit. Enquanto estas últimas podem ser consideradas como alternativas mais restritas, voltadas a situações de limitação orçamentária, a AEC Collection atende integralmente às necessidades institucionais, além de estar em conformidade com os marcos legais e estratégicos que regulam a adoção do BIM na Administração Pública. Considerando os aspectos técnicos, legais e econômicos, a solução mais vantajosa é a contratação da Autodesk AEC Collection, preferencialmente em contratos de 12 ou 36 meses, de forma a assegurar continuidade, integração de processos e aderência às normativas vigentes.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Durante a análise de alternativas para atendimento da necessidade, foram identificadas algumas soluções que, após avaliação técnica, legal e econômica, mostraram-se inviáveis para a realidade institucional:

1. Soluções gratuitas ou de código aberto para modelagem BIM.

Foram avaliados softwares alternativos de código aberto ou de uso gratuito. Contudo, tais soluções não atendem integralmente às funcionalidades requeridas para projetos multidisciplinares em ambiente BIM, apresentando limitações quanto à compatibilidade de arquivos, suporte técnico, atualizações de segurança e integração com fluxos de trabalho já consolidados na instituição. Assim, não oferecem a robustez necessária para atender à Estratégia BIM BR.

2. Aquisição isolada apenas dos softwares AutoCAD e Revit.

Embora esses programas sejam amplamente utilizados e constem entre as alternativas estudadas, sua contratação isolada foi considerada inviável do ponto de vista técnico. Isso porque não garantem a cobertura de todas as etapas necessárias aos projetos de engenharia e arquitetura, como coordenação, simulação, cálculo estrutural e compatibilização de disciplinas. Dessa forma, não atendem plenamente ao disposto nos decretos nº 9.983/2019 e nº 10.306/2020, que orientam a adoção do BIM em sua totalidade.

3. Participação em atas de registro de preços de outros órgãos.

Foi considerada a possibilidade de adesão a atas já vigentes, porém tal medida não se mostrou viável em razão da inexistência de atas em vigor que contemplassem quantitativos e especificações compatíveis com a demanda do IFRN. Além disso, optou-se pela constituição de processo próprio de registro de preços, o que possibilita maior flexibilidade e aderência às necessidades institucionais.

Além das soluções descritas acima, as soluções 3 e 4 listadas no item 9 também foram descartadas, permanecendo como alternativa mais adequada a contratação, via registro de preços, das licenças dos softwares Autodesk, em específico a Autodesk AEC Collection, que melhor atende aos requisitos técnicos, legais e de economicidade.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A presente análise tem por objetivo comparar os custos totais de propriedade (TCO) das soluções consideradas viáveis, com base nas propostas recebidas para a cessão temporária dos direitos de uso do software Autodesk AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection*, em regime de subscrição anual (12 meses) e trienal (36 meses), considerando o quantitativo de 10 licenças.

Ressalta-se que a instituição já possui atualmente 10 licenças contratadas em modalidade trienal, motivo pelo qual o valor de referência utilizado no quadro comparativo corresponde ao valor de renovação constante no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas – AUTODESK.

A utilização dos valores constantes no referido Catálogo está em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, especialmente o item 12 de seu Anexo, que orienta que as pesquisas de preços para estimativa de valor devem priorizar preços públicos e que o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC) constante nos catálogos da SGD deve ser utilizado como valor estimado, salvo quando a pesquisa de mercado indicar valor inferior.

Para verificação de aderência de preços, foi realizada pesquisa de mercado com base em pregões realizados em 2025 nas esferas municipal, estadual e federal (documentos anexo ao ETP), cujos resultados constam na tabela a seguir, referente à cessão de licenças do software Autodesk AEC Collection (usuário nomeado standard ELD new), pelo período de 36 meses, incluindo capacitação de usuários:

CONTRATO	ORGÃO	DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VALOR UNITÁRIO POR LICENÇA (R\$)
28/2025	Conselho Nacional de justiça	23/07/2025	R\$445.600,00	R\$55.700,00
14/2025	Secretária de Estado de planejamento e gestão de Mato Grosso	11/09/2025	R\$16.485.148,20	R\$48.485,73
01/2025	Estado de Sergipe	30/04/2025	R\$4.720.500,00	R\$47.205,00
44/2025	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT	10/06/2025	R\$1.138.133,30	R\$54.196,82

A análise demonstra que os valores praticados em mercado estão, em média, 36% acima dos valores constantes no Catálogo da SGD. Assim, considerando que a pesquisa de mercado não apresentou valores inferiores aos do Catálogo, conforme disposto no art. 20, §3º, combinado com o art. 2º, XXVI e XXVII, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, e no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, conclui-se que o valor de referência a ser adotado é o do Catálogo da SGD, em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023.

Dessa forma, para fins comparativos, o valor trienal foi obtido a partir do PMC-TIC referente à renovação de licenças, enquanto o valor anual (12 meses) considerou o preço de aquisição de nova licença, conforme a tabela a seguir:

ID CATÁLOGO	SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	VALOR UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
ADSK 002	Autodesk AEC Collection	Licença de Subscrição - Nova	12 meses	R\$ 12.018,79	10	R\$ 120.187,90
ADSK 072	Autodesk AEC Collection	Licença de Subscrição - Renovação	36 meses	R\$ 32.677,61	10	R\$ 326.776,10

11.1. Cenário 1 - Comparação linear (sem reajuste)

Considerando a contratação pelo período de três anos, comparou-se o custo da renovação anual (Solução 1) com a contratação direta de três anos (Solução 2).

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	TOTAL
Solução 1 - 12 meses com renovações	R\$ 120.187,90	R\$ 120.187,90	R\$ 120.187,90	R\$ 360.563,70
Solução 2 - 36 meses	R\$ 326.776,10	-	-	R\$ 326.776,10

Nesse cenário, observa-se que a Solução 2 (36 meses) apresenta-se mais econômica, resultando em uma economia de R\$ 33.787,60 ao longo do período.

11.2. Cenário 2 - Considerando reajuste pelo ICTI (4,73% ao ano)

De acordo com a Instrução Normativa nº 01/2019 e o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) divulgado pelo IPEA em julho/2025 (4,73% acumulado nos últimos 12 meses), foi simulada a aplicação desse índice nos anos 2 e 3 sobre a Solução 1.

- Ano 2: $120.187,9000 \times 1,0473 = \text{R\$ } 125.872,78$
- Ano 3: $125.872,78 \times 1,0473 = \text{R\$ } 131.826,56$
- Total da Solução 1 (com ICTI) = R\$ 377.886,34

A Solução 2 permanece fixa em R\$ 326.776,10 para todo o período.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	TOTAL

Solução 1 - 12 meses com renovações	R\$ 120.187,90	R\$ 125.872,78	R\$ 131.826,56	R\$ 377.886,34
Solução 2 - 36 meses	R\$ 326.776,10	-	-	R\$ 326.776,10

Em ambos os cenários avaliados, a contratação de 36 meses (Solução 2) se apresenta como a alternativa mais vantajosa economicamente, uma vez que além de reduzir os custos totais, proporciona maior previsibilidade orçamentária, eliminando riscos de reajustes anuais e assegurando a continuidade do acesso às ferramentas durante todo o período contratado.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Declaramos que, com base no princípio da vantajosidade econômica e da adequação técnica da proposta, a solução considerada viável e indicada para contratação consiste na renovação da cessão temporária de direitos de uso de programas de computador da Autodesk, em regime de subscrição, pelo prazo de 36 meses, conforme análise e modalidade descritos nos itens 9 e 11 deste ETP.

Tal solução atende plenamente aos requisitos funcionais e tecnológicos anteriormente citados neste documento, contemplando os softwares especializados em CAD e BIM, individualmente ou reunidos na coleção Autodesk AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection*, garantindo o suporte necessário às atividades de elaboração, fiscalização e documentação de projetos no âmbito da Reitoria e dos campi do IFRN.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 326.776,10

Declaramos que o valor total estimado da contratação é de R\$ 326.776,10, conforme apresentado na tabela, a seguir:

ID	SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	VALOR UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
2	Autodesk AEC Collection	Licença de Subscrição	36 meses	R\$ 32.677,61	10	R\$ 326.776,10

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A escolha da solução apresentada fundamenta-se na necessidade de dotar o IFRN de ferramentas tecnológicas compatíveis com as demandas atuais de elaboração, fiscalização e gestão de projetos de engenharia e arquitetura, em conformidade com os requisitos de produtividade, eficiência e integração digital. Os softwares da Autodesk, em especial a coleção AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection*, reúnem em uma única plataforma um conjunto de aplicações que abrangem desde a modelagem 2D/3D em CAD até processos colaborativos em BIM, atendendo de forma ampla às exigências legais, em especial os Decretos nº 9.983/2019 e nº 10.306/2020, bem como o disposto na Lei nº 14.133/2021, que estabelecem a utilização preferencial da Modelagem da Informação da Construção (BIM) em obras e serviços de engenharia.

Do ponto de vista técnico, trata-se da solução mais adequada por garantir interoperabilidade, padronização e alinhamento às práticas de mercado, já consolidada e amplamente utilizada por órgãos públicos e privados. Além disso, a possibilidade de contratação em regime de subscrição 36 meses permite maior flexibilidade orçamentária, ao mesmo tempo em que assegura atualizações constantes e suporte especializado, mitigando riscos de descontinuidade ou obsolescência tecnológica.

Dessa forma, justifica-se tecnicamente a adoção da solução da Autodesk, na coleção completa AEC, por assegurar a melhor relação custo-benefício, a conformidade normativa e a plena aderência às necessidades institucionais levantadas neste ETP.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A análise comparativa de custos (TCO), apresentada no item 11 deste ETP, demonstrou que a contratação da coleção Autodesk AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection* em regime de subscrição de 36 meses apresenta-se como a alternativa economicamente mais vantajosa para o IFRN.

No cenário linear, sem aplicação de reajustes, verificou-se que a solução de 36 meses resulta em economia de R\$ 33.787,60 em relação à contratação anual com renovações sucessivas. Quando considerada a aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo IPEA em julho de 2025 (4,73%), a economia se amplia para aproximadamente R\$ 51.110,24 ao longo do período.

Além da redução direta de custos, a solução trienal garante previsibilidade orçamentária, evita os impactos de reajustes anuais e assegura a continuidade do acesso às ferramentas tecnológicas durante todo o período contratado, eliminando riscos de interrupções ou variações de preço.

Dessa forma, sob a ótica da economicidade e da eficiência no gasto público, justifica-se a escolha da subscrição de 36 meses como a solução mais adequada, atendendo integralmente às necessidades institucionais levantadas neste estudo técnico preliminar.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da coleção Autodesk AEC – *Architecture, Engineering and Construction Collection*, em regime de subscrição de 36 meses, trará benefícios significativos ao IFRN, tanto no aspecto econômico quanto técnico e institucional.

Do ponto de vista econômico, conforme demonstrado na análise comparativa de custos, a contratação trienal proporciona economia estimada de R\$ 51.110,24 em relação à renovação anual, considerando a aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI – 4,73% ao ano). Esse resultado garante melhor relação custo-benefício, maior previsibilidade orçamentária e elimina riscos de reajustes durante o período contratual.

Sob o aspecto técnico e estratégico, a solução assegura a adequação às exigências legais previstas nos Decretos nº 9.983/2019 e nº 10.306/2020 e na Lei nº 14.133/2021, que instituem a obrigatoriedade e preferência pelo uso do BIM em obras e serviços de engenharia. Além disso, promove a padronização tecnológica, o que potencializa a colaboração entre equipes e a integração de processos.

Adicionalmente, a contratação garante acesso contínuo às atualizações e ao suporte técnico oficial da Autodesk, reduzindo riscos de obsolescência tecnológica e assegurando que os profissionais da área de engenharia e arquitetura disponham das ferramentas mais modernas para elaboração, compatibilização e fiscalização de projetos.

Em síntese, os benefícios alcançados pela contratação abrangem economia comprovada, previsibilidade de gastos, segurança contratual, conformidade legal, padronização tecnológica e maior eficiência operacional, contribuindo diretamente para o aprimoramento da gestão de infraestrutura no IFRN.

17. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação da solução apresentada, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do Termo de Referência (TR), contendo as especificações técnicas detalhadas, os quantitativos definidos e as condições contratuais necessárias.
- Registro de Preços a ser conduzido pela Reitoria, contemplando inicialmente a aquisição de 10 licenças da coleção Autodesk AEC, conforme definido no item 6 deste ETP, com possibilidade de adesão imediata ou futura pelos campi do IFRN.
- Submissão do processo à análise da área de Tecnologia da Informação (TI), a fim de assegurar conformidade com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e com o Catálogo de Soluções de TIC da SGD/ME, quando aplicável.
- Deflagração do processo licitatório em modalidade compatível com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), assegurando a observância do Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), quando couber.
- Formalização contratual com a empresa vencedora, incluindo cláusulas de suporte técnico, atualizações de software, garantia de acesso às versões mais recentes e condições de renovação.
- Acompanhamento da execução contratual pela Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (DINFRA/RE/IFRN), com apoio da área de TI, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas.
- Capacitação dos usuários finais (engenheiros e arquitetos do IFRN), quando necessário, para maximizar a utilização dos recursos disponibilizados pelos softwares contratados.

Essas providências garantirão a adequada execução da contratação e a plena utilização da solução tecnológica pelo IFRN.

18. Atend. à Lista de Verificação da AGU/TIC

A presente contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foi planejada e estruturada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SGD nº 94/2022 e demais normativos aplicáveis, atendendo aos critérios e exigências constantes da Lista de Verificação da Advocacia-Geral da União (AGU), atualizada em setembro de 2024.

O valor da contratação atrai a incidência da IN SGD nº 94/2022

A presente contratação refere-se à aquisição de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito de órgão integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), razão pela qual, em regra, submete-se às disposições da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, nos termos do art. 1º, caput, do referido normativo.

Ressalta-se que esta contratação foi integralmente planejada em observância às suas diretrizes, especialmente quanto aos procedimentos de planejamento, análise técnica, estimativa de preços e avaliação de viabilidade, em consonância com a legislação vigente.

O valor estimado da contratação atraia a necessidade de sua aprovação pelo Órgão Central do SISP

Não se aplica. O valor estimado da presente contratação é de R\$ 326.776,10, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, montante significativamente inferior ao limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) estabelecido pelo art. 2º da Instrução Normativa SGD nº 06/2023 para submissão obrigatória de processos de contratação de soluções de TIC à aprovação do Órgão Central do SISP.

Dessa forma, à luz do art. 9º-A do Decreto nº 7.579/2011 e da IN SGD nº 06/2023, a contratação em tela não se enquadra nas hipóteses que demandam autorização prévia do Órgão Central do SISP, sendo desnecessária a submissão do processo para tal finalidade.

A Administração registra que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022

A Administração certifica que o objeto da presente contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. A contratação tem por objeto solução única de TIC, consistente na cessão temporária de direitos de uso de software especializado (licenças de subscrição), não havendo a agregação indevida de múltiplas soluções de TIC em um único contrato, em conformidade com o art. 3º, inciso I, da IN SGD nº 94/2022. Ademais, o objeto não contempla serviços vedados pelo art. 3º, inciso II, da referida Instrução Normativa, notadamente aqueles previstos no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, não abrangendo atividades de gestão de processos de TIC, gestão de segurança da informação ou quaisquer atribuições típicas e exclusivas de servidores públicos. Eventual apoio técnico limita-se ao fornecimento da solução e ao suporte operacional do software, permanecendo sob supervisão exclusiva da Administração. Da mesma forma, não há contratação de serviços de avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC pela mesma empresa fornecedora do software, inexistindo conflito com o disposto no art. 4º da IN SGD nº 94/2022. As atividades de fiscalização e gestão contratual permanecem sob responsabilidade da Administração, nos termos do Decreto nº 11.246/2022. Assim, resta demonstrado que a contratação está plenamente em conformidade com as vedações e restrições estabelecidas nos arts. 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022.

A Administração registra que a pretendida contratação está em consonância com o PDTIC

A Administração registra que a presente contratação está em plena consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do IFRN, atendendo ao disposto no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. A contratação da solução de TIC está alinhada às diretrizes e metas estratégicas estabelecidas no PDTIC, notadamente aquelas relacionadas à manutenção, modernização e disponibilização de softwares necessários ao suporte das atividades finalísticas e administrativas da instituição, contribuindo para a padronização tecnológica, a eficiência operacional e a continuidade dos serviços institucionais. Tal alinhamento foi considerado no planejamento da contratação e encontra-se devidamente demonstrado ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, em especial nos tópicos que tratam das necessidades de negócio e das necessidades tecnológicas, assegurando aderência às estratégias institucionais de governança de TIC.

A Administração registra que a pretendida contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital

A Administração registrou que a presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital, conforme dispõe o art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. A solução de TIC a ser contratada contribui para a modernização, padronização e digitalização dos processos institucionais, promovendo maior eficiência, integração de

informações e melhoria na gestão de projetos e serviços, em consonância com as diretrizes de transformação digital da Administração Pública Federal. Ademais, a contratação observa os princípios de eficiência, interoperabilidade, racionalização de recursos e uso estratégico da tecnologia, pilares da Estratégia de Governo Digital vigente. O alinhamento à Estratégia de Governo Digital encontra-se evidenciado no planejamento da contratação, especialmente nos tópicos deste Estudo Técnico Preliminar que tratam das necessidades de negócio, das necessidades tecnológicas e da análise da solução adotada.

Administração registrou que ela está integrada à Plataforma gov.br

Não se aplica. A presente contratação não tem por objetivo a oferta digital de serviços públicos ao cidadão, nem envolve a disponibilização de serviços digitais integrados à Plataforma gov.br. O objeto da contratação refere-se à aquisição/renovação de licenças de software de uso interno, destinadas ao suporte das atividades técnicas, administrativas e finalísticas da instituição, não se caracterizando como serviço público digital nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações. Dessa forma, o disposto no art. 6º, inciso III, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022 não se aplica à presente contratação.

Certificado que o objeto da contratação está compatível com as leis orçamentárias

A Administração certifica que o objeto da presente contratação está compatível com as leis orçamentárias vigentes, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A despesa decorrente da contratação encontra respaldo na Lei Orçamentária Anual (LOA), estando alinhada ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), observando-se os princípios da legalidade, do planejamento e da responsabilidade fiscal. Há, ainda, previsão orçamentária suficiente para suportar a despesa, conforme registrado nos autos do processo administrativo. Dessa forma, resta evidenciado que a contratação atende aos requisitos de compatibilidade orçamentária exigidos pela legislação aplicável.

Consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União para inserção dos critérios de sustentabilidade

A Administração certifica que foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU) para subsidiar a definição e a inserção de critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação, em consonância com a legislação vigente e com as boas práticas de governança pública. Considerando a natureza do objeto — solução de TIC baseada em licenciamento de software —, foram adotados critérios de sustentabilidade compatíveis com a contratação, tais como a priorização de soluções digitais, a redução do uso de recursos físicos, a racionalização do consumo de insumos e a mitigação de impactos ambientais indiretos, conforme orientações do referido Guia. Dessa forma, resta evidenciado o atendimento às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à contratação, nos termos recomendados pela AGU.

Foi elaborado Termo de Referência, exigido pelo art. 9º, III, e art. 12 da IN SGD nº 94/2022, contemplando os elementos previstos no art. 12 da mesma IN

Foi elaborado Termo de Referência, em atendimento ao disposto no art. 9º, inciso III, e no art. 12 da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, contemplando todos os elementos exigidos pelo referido normativo. O Termo de Referência descreve de forma clara e precisa o objeto da contratação, os requisitos funcionais e técnicos da solução de TIC, o quantitativo, o prazo de vigência, as condições de execução, os critérios de pagamento, o modelo de gestão e fiscalização do contrato, a análise de riscos, as sanções administrativas, bem como as responsabilidades da contratante e da contratada, em conformidade com o art. 12 da IN SGD nº 94/2022. Dessa forma, resta evidenciado que o Termo de Referência atende integralmente às exigências normativas aplicáveis às contratações de soluções de TIC.

O objeto da contratação contempla, de forma detalhada, o quantitativo de bens e serviços necessários para sua composição, bem como o código do Catálogo de Materiais ou Serviços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal

O objeto da contratação foi definido de forma precisa, suficiente e detalhada, contemplando o quantitativo de bens e serviços necessários para sua composição, em conformidade com o art. 12, inciso II, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022.

Os itens que compõem a solução de TIC encontram-se devidamente identificados no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, com a indicação dos respectivos códigos de catalogação, conforme disponível no Portal de Compras do Governo Federal, atendendo ao disposto no art. 14 da IN SGD nº 94/2022. As especificações técnicas, os quantitativos e as condições de fornecimento encontram-se descritos no Termo de Referência e nos demais artefatos de planejamento da contratação. Dessa forma, resta demonstrado que o objeto atende aos requisitos de detalhamento, padronização e transparência exigidos pela norma aplicável.

Justificativa para a contratação contemplou as exigências do art. 15 da IN SGD nº 94/2022 e, em caso de compras, também do art. 12, §7º, da mesma IN

A justificativa para a presente contratação foi devidamente elaborada em conformidade com as exigências do art. 15 da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, contemplando a caracterização da necessidade institucional, o alinhamento estratégico, a análise das alternativas disponíveis, a motivação da escolha da solução de TIC e a demonstração da sua adequação técnica e econômica. Tratando-se de contratação de solução de TIC classificada como compra /licenciamento de software, foram igualmente observadas as disposições do art. 12, §7º, da IN SGD nº 94/2022, com a descrição clara do objeto, dos quantitativos, das especificações técnicas, da forma de fornecimento e das condições de execução, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. Dessa forma, resta evidenciado que a justificativa apresentada atende integralmente aos requisitos normativos aplicáveis à contratação.

Justificativa para o parcelamento ou não da solução de TIC

A solução de TIC não foi parcelada, tendo sido definida como objeto único, em razão de sua natureza integrada, indivisível e funcionalmente interdependente. A contratação refere-se à cessão temporária de direitos de uso de software especializado, cujo pleno funcionamento, suporte, atualização, licenciamento e conformidade técnica dependem de uma gestão unificada do fornecimento, sendo tecnicamente inviável o fracionamento sem prejuízo à eficiência, à compatibilidade e à continuidade da solução. O parcelamento da contratação poderia acarretar riscos relevantes, tais como incompatibilidade entre versões, fragmentação da responsabilidade contratual, dificuldades na gestão e fiscalização, além de potencial aumento de custos administrativos e operacionais, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e padronização tecnológica. Ademais, a contratação em objeto único não restringe a competitividade, uma vez que o mercado fornecedor é plenamente capaz de atender à solução demandada de forma integral, conforme demonstrado na análise de mercado e na pesquisa de preços. Dessa forma, a opção pela não realização do parcelamento mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com as diretrizes da IN SGD nº 94/2022 e da Lei nº 14.133/2021.

Avaliação da viabilidade de permissão de consórcio ou subcontratação, com respectiva justificativa

Foi realizada avaliação quanto à viabilidade de permissão de consórcio ou subcontratação, nos termos do art. 12, §2º, inciso II, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. Concluiu-se que a subcontratação não se mostra adequada, uma vez que o objeto da contratação consiste na cessão temporária de direitos de uso de software proprietário, cuja execução, licenciamento, suporte, atualizações e garantia de conformidade técnica dependem de responsabilidade direta e integral do fornecedor autorizado, sendo inviável a delegação dessas atribuições a terceiros sem prejuízo à segurança, à rastreabilidade e à gestão contratual. Quanto à formação de consórcio, avaliou-se que sua permissão

não traria ganhos relevantes de competitividade ou eficiência, tendo em vista que o mercado fornecedor possui capacidade técnica e operacional para atender integralmente ao objeto de forma individual, não se caracterizando a contratação como de elevada complexidade que justifique a atuação consorciada. Dessa forma, conclui-se pela não permissão de consórcio e de subcontratação, decisão esta devidamente motivada e compatível com a natureza do objeto, resguardando a eficiência, a segurança jurídica e a adequada gestão da contratação.

Justificativa das exigências de qualificação técnica e econômica

As exigências de qualificação técnica e econômica previstas no Termo de Referência foram definidas de forma criteriosa, proporcional e estritamente necessária, encontrando-se devidamente justificadas nos autos do processo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SGD nº 94/2022. Tais exigências guardam relação direta com o objeto da contratação, que consiste na cessão temporária de direitos de uso de solução de TIC baseada em software especializado, cujo fornecimento adequado requer capacidade técnica comprovada para assegurar a regularidade do licenciamento, a atualização contínua da solução, o suporte técnico oficial e a observância das condições contratuais pactuadas. Do ponto de vista econômico-financeiro, as exigências visam garantir que a contratada possua condições mínimas de solvência e estabilidade para cumprir integralmente as obrigações contratuais durante toda a vigência da contratação, mitigando riscos de descontinuidade do serviço. Ressalta-se que as exigências estabelecidas não extrapolam o necessário, não configuram restrição indevida à competitividade e estão alinhadas à complexidade, ao porte e aos riscos inerentes à contratação, conforme identificado no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Riscos. Dessa forma, resta demonstrado que as exigências de qualificação técnica e econômica são adequadas, motivadas e compatíveis com o objeto, atendendo aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Justificativa do critério de julgamento adotado

O critério de julgamento adotado para a presente contratação é o de menor preço, em conformidade com o disposto no art. 36 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) padronizada, com especificações técnicas objetivas, claramente definidas no Termo de Referência e nos demais artefatos de planejamento. A solução a ser contratada consiste na cessão temporária de direitos de uso de software especializado, cujos requisitos funcionais, técnicos, níveis de serviço, condições de suporte e atualização encontram-se previamente estabelecidos, não havendo margem relevante para diferenciação técnica qualitativa entre as propostas que justifique a adoção do critério de técnica e preço. Nesse contexto, a avaliação técnica prévia já foi realizada na fase de planejamento da contratação, por meio do Estudo Técnico Preliminar, que identificou a solução adequada às necessidades institucionais. A adoção do critério de técnica e preço, além de desnecessária, poderia acarretar maior complexidade procedimental, aumento do custo administrativo e risco de subjetividade na avaliação das propostas, sem gerar benefícios proporcionais à Administração. Assim, a opção pelo critério de menor preço assegura a seleção da proposta mais vantajosa, preservando os princípios da economicidade, eficiência, isonomia e competitividade. Dessa forma, resta devidamente justificada a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, bem como o afastamento motivado do critério de técnica e preço, em consonância com o art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para não destinação exclusiva às ME/EPPs e entidades equiparadas

A presente contratação não foi destinada exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e entidades equiparadas, em razão das características específicas do objeto e das condições de mercado aplicáveis à solução de TIC a ser contratada. O objeto consiste na cessão temporária de direitos de uso de software proprietário especializado, cujo fornecimento, licenciamento, suporte técnico, atualizações e garantia de conformidade dependem de fornecedores autorizados pelo detentor da tecnologia, os quais, em regra, não se enquadram como ME/EPP. Dessa forma, a restrição da disputa exclusivamente a esse porte empresarial poderia comprometer a competitividade, inviabilizar a contratação ou resultar em prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Adicionalmente, trata-se de contratação cujo valor global e complexidade técnica exigem capacidade operacional, técnica e econômico-financeira compatível com a execução integral do objeto, não

sendo possível assegurar que a destinação exclusiva às ME/EPPs atenderia aos princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, com fundamento no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, e em observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021, restou devidamente justificada a não aplicação do tratamento diferenciado e favorecido, preservando-se a competitividade do certame e o interesse público.

Certificação da priorização de sistemas oficiais e contratações públicas na pesquisa de preços

A Administração certifica que, na realização da pesquisa de preços para a presente contratação, foram priorizados os sistemas oficiais de governo e as contratações similares realizadas pela Administração Pública, em observância ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021. Foram consultadas contratações públicas vigentes e recentes de entes da Administração Pública, bem como o Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicado pela Secretaria de Governo Digital, que contempla o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), utilizado como principal referência para definição do valor estimado da contratação. Ressalta-se que não foi possível a utilização do Painel de Preços para obtenção de valores diretamente comparáveis, em razão das especificidades do objeto, que se refere a licenciamento de software especializado com condições contratuais e prazos de subscrição variáveis, cujos registros no sistema não apresentam padronização suficiente para garantir a adequada comparabilidade dos preços. Ainda assim, as informações disponíveis no Painel de Preços foram utilizadas de forma subsidiária para verificação de aderência ao mercado. Dessa forma, resta evidenciado que a pesquisa de preços observou a priorização das fontes oficiais e públicas disponíveis, sendo devidamente justificada a limitação na utilização de determinados sistemas, em conformidade com a legislação vigente.

Certificação da utilização do menor valor entre o PMC-TIC e a pesquisa de preços

A Administração certifica que, para fins de estimativa do valor da presente contratação, referente a itens que constam do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, foi utilizado o menor valor entre o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC) e o valor obtido por meio da pesquisa de preços realizada, em estrita observância às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital e à legislação aplicável. No caso concreto, a análise comparativa demonstrou que o PMC-TIC apresentou-se igual ou inferior aos valores identificados nas contratações públicas similares e demais fontes consultadas, razão pela qual foi adotado como referência para definição do valor estimado, assegurando a vantajosidade econômica, a racionalidade do gasto público e a conformidade normativa da contratação. Dessa forma, resta evidenciado o atendimento ao requisito de utilização do menor valor disponível entre as fontes válidas de precificação, conforme exigido nos normativos aplicáveis às contratações de TIC.

Manifestação quanto à observância do princípio da padronização

A Administração manifesta que a presente contratação observa o princípio da padronização, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. A solução de TIC selecionada encontra-se padronizada no âmbito da Administração Pública, constando no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicado pela Secretaria de Governo Digital, o que assegura uniformidade técnica, interoperabilidade, previsibilidade contratual e racionalização dos custos. A adoção de solução padronizada contribui, ainda, para a redução da complexidade na gestão e fiscalização do contrato, bem como para a continuidade dos serviços institucionais. Além disso, a padronização da solução adotada está alinhada ao ambiente tecnológico já existente no IFRN, evitando a proliferação de múltiplas plataformas, reduzindo riscos de incompatibilidade e promovendo maior eficiência operacional. Dessa forma, resta evidenciado o atendimento ao princípio da padronização na definição do objeto da contratação.

Manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento

A Administração manifesta que o princípio do parcelamento foi devidamente analisado e observado no planejamento da presente contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. Após análise técnica da solução de TIC, concluiu-se que o parcelamento do objeto não se mostra viável nem recomendável, tendo

em vista que a contratação refere-se à cessão temporária de direitos de uso de software especializado, cuja execução adequada depende de fornecimento integrado, licenciamento único, suporte técnico centralizado e responsabilidade contratual indivisível. O fracionamento do objeto poderia comprometer a compatibilidade da solução, dificultar a gestão e fiscalização do contrato e gerar riscos de descontinuidade do serviço, além de potencial elevação de custos. Ressalta-se que a contratação em objeto único não restringe a competitividade, uma vez que o mercado fornecedor é capaz de atender à solução de forma integral, conforme demonstrado na análise de mercado e na pesquisa de preços. Assim, a opção pela não realização do parcelamento atende aos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Informação quanto ao uso de catálogo eletrônico de padronização

A Administração informa que, para a presente contratação, foi utilizado o Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital, como referência para a definição do objeto, das especificações técnicas e da estimativa de preços, em consonância com as diretrizes da Instrução Normativa SGD nº 94/2022. A solução de TIC selecionada encontra-se devidamente cadastrada no referido Catálogo, o que assegura a observância do princípio da padronização, a uniformidade técnica, a previsibilidade contratual e a racionalização dos custos, além de facilitar a gestão e a fiscalização da contratação. Os respectivos códigos de catalogação e o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC) foram considerados no planejamento da contratação e estão registrados nos autos. Dessa forma, resta evidenciado que houve utilização de catálogo eletrônico de padronização, não sendo aplicável a apresentação de justificativa para sua não utilização.

Certificação quanto ao enquadramento dos serviços como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares

A Administração certifica que os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão, nos termos da legislação vigente. A contratação da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), consistente na cessão temporária de direitos de uso de software especializado e serviços de suporte técnico associados, destina-se a viabilizar, apoiar e aprimorar o desempenho das atividades finalísticas e administrativas do IFRN, não se confundindo com a execução direta de atribuições típicas e exclusivas de servidores públicos. Os serviços contratados possuem caráter eminentemente instrumental, sendo essenciais ao suporte tecnológico necessário à execução das competências institucionais do órgão, conforme previsto em seu regimento, plano de desenvolvimento institucional e demais instrumentos de planejamento, não havendo delegação de funções decisórias, estratégicas ou de gestão própria da Administração. Dessa forma, resta devidamente certificado o enquadramento dos serviços como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à competência legal do órgão.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que presente contratação está alinhada com a nova Lei de Licitações, com a IN 01/2019, com o PDI do IFRN, com as Estratégicas de Governo Digital e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRN, no que concerne à dimensão técnica e econômica, esta Comissão de Planejamento da Contratação, atesta a viabilidade do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERIKA CRISTINA LOURENCO DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 09:33:00.

FRANCISCA SIMONELY DE VASCONCELOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 09:24:57.

REZEMBRIM DE PAULA SOARES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 10:13:04.

Despacho: Aprovo este Estudo Técnico Preliminar, considerado viável sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e administrativo, assegurando eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

RODRIGO RICELLY AVELINO LEITE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 10:27:58.

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando a caracterização da necessidade, a adequação da solução proposta e a compatibilidade com o planejamento de TIC, conforme fundamentado nos autos.

TARSO LATORRACA CASADEI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 10:29:00.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de riscos ajustado.xlsx (14.68 KB)
- Anexo II - contrato CNJ 02.pdf (104.05 KB)
- Anexo III - PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT01.pdf (424.18 KB)
- Anexo IV - secretaria estado planejamento -01.pdf (328.16 KB)
- Anexo V - secretaria estado planejamento -02.pdf (5.33 MB)
- Anexo VI - Gov. do estado de Sergipe01.pdf (211.38 KB)
- Anexo VII - Gov. do estado de sergipe02.pdf (210.73 KB)

Documento Digitalizado Público

ETP_158155-000154-2025

Assunto: ETP_158155-000154-2025
Assinado por: Simonely Vasconcelos
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Francisca Simonely de Vasconcelos, Coordenadora de Compras - FAG-IFRN - COCOMP/DILIC**, em 22/12/2025 11:27:40.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/12/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2435134
Código de Autenticação: a75d8746a6

